

Vamos paralisar as atividades no dia 3/10

Universidades têm dinheiro, mas reajuste só sairá com maior pressão sobre o Cruesp

A Assembléia da Adusp de 13/9 decidiu aprovar a paralisação por um dia das atividades dos docentes da USP, no início de outubro, como forma de intensificação da campanha salarial e pressão sobre o Cruesp. Após contato com outras entidades do Fórum das Seis, decidiu-se pela paralisação conjunta no dia 3/10.

A decisão partiu da constatação de que os reitores não estão negociando efetivamente, e de que não vão negociar, a menos que as categorias reforcem sua mobilização na

campanha salarial.

O Cruesp vem insistindo na fórmula “ICMS saúde da universidade”, que implica reajuste zero em outubro, apesar da folga orçamentária. Daí a necessidade de maior pressão sobre os reitores.

Prepare-se para a paralisação de 3/10. Converse com os colegas, participe das reuniões setoriais, mantenha-se informado. Salário digno não é favor dos reitores: é nosso direito. É possível conquistar um reajuste em outubro, só depende de você!

Outubro é mês de reposição salarial!

Temos insistido com as reitorias sobre a necessidade de uma política salarial. Sem isso nossos salários vão sendo corroídos pela elevação dos preços de produtos e serviços. A inflação de maio a outubro/2001 deverá atingir cerca de 6,5% pelo ICV-Dieese ou 4,9% pelo IPC-Fipe.

Mas o Cruesp vem prote-lando uma decisão, ao mes-

mo tempo em que acena com a “fórmula zero de reajuste salarial”, alegando incertezas futuras na economia.

Fato é que, mesmo considerando a reposição que conquistamos desde o ano passado, aumentou a diferença entre o crescimento nominal do ICMS e os salários. Entre 1995 e 2000 ela atingiu 16%, devendo fechar o ano 2001 em 28%. A última planilha en-

treque pelo Cruesp mostra que o comprometimento acumulado com salário nas três universidades está em 83,4%, quando a média nos últimos seis anos foi de 87,2%.

Mês a mês as apurações do ICMS têm confirmado haver disponibilidade para um reajuste entre 4% e 6%. Esta diferença, que parece pequena, ao ser acumulada ao final de um ano e contabilizada no 13º sa-

lário e férias, representa uma remuneração adicional entre 53% e 80% de um salário.

Nossa assembléia e a da Adunicamp já deliberaram por um dia de paralisação no início de outubro. Sem uma pressão da comunidade das três universidades estaduais paulistas, as reitorias irão sacramentar a sua fórmula zero de política salarial na próxima rodada de negociações.

ICB promove debate entre candidatos a Reitor

No próximo dia 5/10, no Anfiteatro Rosa (ICB-4), às 17 horas, haverá debate entre os candidatos a Reitor. Todos os candidatos declarados até o momento já confirmaram a sua participação no debate. A iniciativa é da Comissão de Cultura e Extensão do ICB.

Comissão da Diretoria recebe professor Gil Marques na Adusp

Conforme anunciado no boletim anterior, no dia 11/9, às 18h00, uma comissão da Adusp composta pelos colegas Ciro T. Correia, Francisco Miraglia e João Zanetic recebeu, para uma conversa previamente solicitada, o professor Gil Marques, atual prefeito do Campus e can-

didato a reitor da USP.

Na ocasião os representantes da Adusp novamente explicitaram que, enquanto entidade representativa de todos os docentes, a Adusp não apoiará qualquer dos candidatos, mas procurará intervir no processo promovendo o necessário debate quanto

às propostas da comunidade para a universidade e propondo mecanismos que permitam às categorias escolher quem deve vir a ser o próximo reitor.

De forma análoga ao declarado anteriormente pela professora Ada Grinover, o professor Gil Marques ex-

pressou que também entende importante que as entidades representativas de docentes, funcionários e estudantes encontrem formas de aferir o desejo das categorias quanto ao novo reitor, e que se submeterá a um processo de consulta, caso venha a ser organizado.

Fórum das Seis apresentará proposta de expansão do ensino superior público em SP

O Fórum das Seis decidiu apresentar uma proposta de expansão de vagas no ensino superior de São Paulo. O Fórum considera que a proposta apresentada pelo Cruesp ao governo paulista é insuficiente e que lembra, mesmo, outras propostas "salvadoras" da educação pública em nosso país.

A crítica do Fórum centra-se nos seguintes pontos da proposta do Cruesp: 1) a expansão nos cursos tradicionais de graduação está muito aquém do que é necessário e viável; 2) os cursos sequenciais, que teriam cerca de 90 mil alunos, não satisfazem as necessidades e demandas da população, e não têm qualquer tradição no país; 3) os cursos curtos para formação de professores correspondem a reabilitar a licenciatura curta, e, portanto, não estão de acordo com o desejável nem com as possibilidades e necessidades do Estado de São Paulo.

A proposta do Fórum levará em conta, também, a existência de carências específicas de cada região. A tabela 1 mostra um levantamento preliminar sobre a percentagem de jovens que conclui o ensino superior nas diferentes regiões administrativas do Estado, mostrando regiões mais carentes do que outras.

Deve-se levar em conta, ainda, deficiências específicas, como as apontadas na tabela 2, que relaciona as áreas do conhecimento (oferecidas por

Tabela 1 - Porcentagem da população que completa o ensino superior em São Paulo nas diferentes regiões administrativas

Região Metropolitana de São Paulo	15
S. J. do Rio Preto	15
Registro	12
Araçatuba	12
Santos	15
Pres. Prudente	23
S. J. dos Campos	11
Marília	19
Sorocaba	10
Central	15
Campinas	13
Barretos	18
Ribeirão Preto	14
Franca	12
Bauru	16
Estado de SP	14

Tabela 2 - Áreas do conhecimento inexistentes nas diferentes regiões administrativas do Estado

Áreas do conhecimento inexistentes	Região administrativa
Ciências biológicas	Registro, Bauru, Araçatuba, Presidente Prudente, Barretos e Franca
Engenharia e Tecnologia	Registro
Ciências da Saúde	Registro
Ciências Agrárias	Registro, Central e Barretos

instituições públicas ou privadas) ausentes de cada uma das regiões administrativas.

Algumas regiões, como Barretos (400 mil habitantes) e Registro (250 mil habitantes), não têm nenhuma instituição de ensino público superior.

Caso se desejasse triplicar o ensino público superior em São Paulo e esta expansão fosse proporcional à população de cada região, a Região Me-

ropolitana de São Paulo comportaria duas ou mais universidades de porte semelhante ao da USP; a região de Campinas comportaria outra universidade do porte da Unicamp; mesmo regiões relativamente pouco populosas como Registro ou Barretos seriam plenamente capazes de absorver instituições de ensino superior com algumas áreas de conhecimento.

CO mantém poder do Reitor de nomear os diretores

Foi derrotada na reunião de 4/9 do CO, por 47 votos a 32, a proposta da Congregação do Instituto de Matemática e Estatística de eliminação da lista triplíce na eleição de diretores e vice-diretores de unidade.

A proposta implicava alteração do Estatuto. Se aprovada, passaria a vigorar o seguinte dispositivo: "o diretor e vice-diretor de unidade serão eleitos em votação secreta pelo Colégio Eleitoral definido nos termos do presente estatuto" (da USP).

Desse modo, não haveria mais a escolha, pelo Reitor, dos diretores e vice-diretores de unidades em lista triplíce: eles seriam eleitos diretamente pelo Colégio Eleitoral. A derrota no CO, ainda que por margem apertada, indica que os grupos de poder que se articulam em torno de candidaturas a reitor não pretendem abrir mão desse privilégio.

MEC recebe docentes em greve

O ministro da Educação, Paulo Renato, comprometeu-se a receber nesta 4ª, 26/9, os representantes da Andes e da Fasubra. O coordenador-geral da Fasubra, Agnaldo Fernandes, afirma que houve uma mudança de atitude do MEC. A greve nas federais já completou um mês.

Caso Zinsly: demissão vira suspensão

Na reunião do Conselho Universitário (CO) de 4/9/2001, o caso do professor João Rubens Zinsly, da Esalq, foi novamente discutido. Em decisão de ampla maioria, o CO acatou parecer da Comissão de Legislação e Recursos (CLR) reduzindo as penas dos acusados, professor Zinsly e funcionário José Ré, de demissão para suspensão máxima.

O professor João Zinsly e quatro funcionários da Esalq, acusados de supostas irregularidades na Estação Experimental Anhembi, foram punidos pelo CO com demissão em março de 1998, e um deles teve a aposentadoria cassada. O processo havia se iniciado em 1993.

A Adusp formou uma comissão que estudou o processo por vários meses e concluiu que não havia provas suficientes para justificar a condenação (a própria Congregação da Esalq chegou à mesma conclusão) e que, além disso, a tramitação do processo não obedeceu às

normas e procedimentos usuais da USP.

Em razão dessas manifestações, o CO aprovou em março de 1999 a abertura de processo revisional com reintegração provisória dos demitidos mediante caução idônea. Dessa forma, o docente e os funcionários foram reintegrados, após cerca de 20 meses afastados sem salário.

A Comissão Revisora ouviu vários depoimentos e surpreendeu a todos ao manter a condenação de Zinsly e Ré, absolvendo os demais acusados. Em reunião do CO de 10/10/2000 o parecer da comissão foi aprovado. Os procedimentos adotados na ocasião prejudicaram os acusados, conforme a Adusp denunciou prontamente.

A reunião do CO teve características de julgamento, como admitiu o reitor ao dar início aos trabalhos. A Comissão Revisora dominou a reunião do CO. Seus membros falaram sempre que desejaram, e sempre exortando os conselheiros a se conven-

cerem da culpa dos acusados. Não houve defesa, mesmo porque não está prevista essa possibilidade nas reuniões do CO.

Pedido de anulação

Por tudo isso, a Adusp entrou com um pedido de anulação dessa decisão do CO. Também a Congregação da Esalq reafirmou manifestações anteriores em defesa dos acusados, e o próprio Zinsly solicitou uma revisão da pena.

Após passar pela Consultoria Jurídica (CJ) e pela CLR, o processo voltou ao CO na reunião de 4/9/2001. O parecer da CLR — aprovado pelo CO por 65 votos a 3, com 6 abstenções — recomendava modificação da pena para suspensão máxima. O parecer era contrário, porém, ao pedido da Adusp de anulação da decisão de 10/10/2000 do CO.

Indicava ainda que haveria um acordo de quitação sobre as quantias supostamente devidas de parte a parte. Quanto a esse aspecto, a universidade ainda não conta-

bilizou seu eventual prejuízo, mesmo após oito anos de processo. Por outro lado, para os funcionários a quantia que deixaram de receber é conhecida precisamente. Mesmo no contexto dessa nova decisão, dar por “zeradas” as contas de parte a parte não parece ser justo com os acusados.

Deve-se reconhecer que, principalmente para os envolvidos, a decisão foi um avanço. Ela permite resgatar o emprego e não implica, conforme proposta da CLR, admissão de culpa por parte dos acusados. Não há dúvida que com essa decisão a universidade pretendeu se aproximar da justiça, porém não é possível dizer que ela foi feita. A convicção de muitos, incluindo a Diretoria da Adusp, é de que permanece a ausência de provas para justificar as penalidades impostas. Entretanto, apesar dos pesares, conhecendo-se a USP e seus órgãos de poder, sabemos que conquistamos uma vitória parcial significativa.

Reitor manda instaurar processo disciplinar contra estudantes que ocuparam CO em 26/6

O reitor Jacques Marcovitch determinou a instauração de uma comissão processante para definir a punição a sete alunos envolvidos na ocupação do Conselho Universitário em 26/6. Com base nas conclusões da Comissão Sindicante criada pela Reitoria para apurar o caso, Marcovitch determinou a instauração de processo disciplinar contra os estudantes em questão, por meio da portaria interna nº 1276/2001.

Os estudantes ocuparam o CO, na ocasião, para impedir que a minuta de regulamentação das fundações privadas na USP fosse votada sem que a comunidade tivesse debatido, minimamente, a respeito.

A comissão processante é presidida pelo professor Adnei Melges de Andrade (EP) e dela fazem parte também o docente Moacyr Antônio Mestriner (prefeito do campus de Ribeirão Preto), a advogada Maria Clara Gozzoli, procuradora do Estado, e Laura Antonietta Ferrantini Fusaro, responsável por secretariar os trabalhos.

A comissão tem 30 dias para concluir o processo, mas o Reitor, com base nos resultados da sindicância, já afirma sobre os alunos, na própria portaria que instaura o processo, baseando-se nas punições previstas no Regime Disciplinar do Regimento Geral da USP (“aprovado pelo Decreto 52.906, de 27 de março de 1972”) e nas

disposições transitórias do atual Regimento Geral (“baixado pela Resolução 3745, de 19 de outubro de 1990”): “Seu comportamento incide nas infrações descritas no artigo 250 da mesma Resolução, incisos IV e VII”.

Na portaria, o Reitor sugere até uma possível punição aos estudantes, sujeitos, “se comprovados os fatos que lhe são imputados, à aplicação da pena de suspensão, nos termos do artigo 249, inciso III, segunda parte da já mencionada Resolução.”

De acordo com a portaria, os alunos são acusados de “afrenta à boa ordem, ao respeito, aos bons costumes e preceitos morais”, pois teriam provocado “perturba-

ção dos trabalhos”, bem como “prejuízos de ordem material, moral, danos à imagem da Universidade e à eficiência do serviço”.

Note-se que os estudantes estão sendo processados com base no Regime Disciplinar da universidade, elaborado em 1972 sob a dura influência do regime militar e não alterado desde então, nem mesmo na revisão estatutária de 1988.

Os estudantes ameaçados de punição são Luiz Cláudio Messa Longo, Fábio Maleronka Ferron, Luciano Alves Onça, Hélcio de Sant’Anna Lopes (todos da FFLCH), Fernando Kleiman (FEA), Alexandre dos Reis Inácio de Souza (FMVZ) e Laura de Carvalho Cymbalista (FE).

CO tem 24 membros ligados às fundações

Levantamento ainda incompleto revela forte presença das instituições privadas no colegiado máximo da USP

O Conselho Universitário da USP (CO) tem isenção para julgar questões relativas às fundações privadas que atuam na instituição? Essa questão fica em evidência quando se constata a presença entre seus membros, de um forte contingente de conselheiros vinculados às fundações privadas.

Levantamento parcial realizado pelo Informativo Adusp revela que dos 105 membros do CO, pelo menos 24 (22,8%) pertencem a fundações privadas ligadas à USP. Esse percentual sobe para 28,9% do total quando consideramos apenas os docentes da USP que integram o colegiado, que são 83.

Muitos ocupantes de cargos de alta responsabilidade na USP exercem, simultaneamente, funções em fundações privadas, ou têm algum tipo de ligação com essas entidades. Estão nessa condição, por exemplo, o reitor, professor Jacques Marcovitch, e os pró-reitores Adilson Avansi de Abreu (Cultura e Extensão) e Hernan Chaimovich (Pesquisa), todos com assento no CO. Os três pertencem ao Conselho Curador da Fundação USP (FUSP).

Marcovitch, além disso, é coordenador de projetos na Fundação Instituto de Administração (FIA), foi presidente desta entidade (1987-1994) e membro de seu Conselho Curador em 1998, quando já era reitor. Também integra o Conselho Consultivo da Fundação Faculdade de Medicina (FFM).

Diretores

Nada menos do que 10 diretores de unidades têm vínculo expressivo com as fundações, e na mesma situação estão diversos representantes de congregações.

O professor Irineu Tadeu Velasco dirige simultaneamente a Faculdade de Medicina e a FFM. A diretora da Faculdade de Educação, professora Myriam Krasilchik, preside a Fundação Faculdade de Educação (Fafe). O professor Edmir Matson, diretor da Faculdade de Odontologia, preside a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Odontologia (Fundecto). A professora Sada Assed, diretora da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, preside a Fundação de Odontologia de Ribeirão Preto (Funorp). A professora Emilia Campos de Carvalho, que dirige a Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, preside a Fundação Instituto de Enfermagem de Ribeirão Preto (Fierp).

O professor Eliseu Martins, diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, integra o Conselho Curador da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e presidiu esta fundação em dois períodos (1985-1990 e 1997-1998). O professor Antonio Marcos de Aguirra Massola, diretor da Escola Politécnica, é diretor-executivo da FUSP. O professor Ayrton Custódio Moreira, diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, pertence ao Conselho Consultivo da Fundação de Apoio, Ensino, Pesquisa e Assistência ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (Faepa).

A professora Maria Ruth Amaral de Sampaio, diretora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, é fundadora da Fundação para Pesquisa Ambiental (Fupam). A professora Ivette Senise Ferreira, diretora da Faculdade de Direito e membro da Comissão de Legislação e Recursos (CLR),

MEMBRO DO CO	CARGO NA USP	VÍNCULO
Jacques Marcovitch	Reitor	FIA, FUSP, FFM
Adilson Avansi de Abreu	Pró-reitor de Cultura e Extensão	FUSP
Hernan Chaimovich	Pró-reitor de Pesquisa	FUSP
Irineu Tadeu Velasco	Diretor da Medicina	FFM
Myriam Krasilchik	Diretora da Fac. de Educação	Fafe
Edmir Matson	Diretor da Fac. de Odontologia	Fundecto
Eliseu Martins	Diretor da Fac. de Economia	Fipecafi
Antonio Marcos Massola	Diretor da Escola Politécnica	FUSP
Maria Ruth A. de Sampaio	Diretora da FAU	Fupam
Ivette Senise Ferreira	Diretora da Fac. de Direito	Arcadas
Ayrton Custódio Moreira	Diretor da Fac. de Medicina-RP	Faepa
Sada Assed	Diretora da Fac. de Odonto-RP	Funorp
Emilia C. de Carvalho	Diretora da Esc. Enfermagem-RP	Fierp
Tupã Gomes Corrêa	ECA	Fundac
José Luiz Caruso Ronca	FAU	Fupam
Vahan Agopyan	Politécnica	Vanzolini
Maria T. Leme Fleury	Faculdade de Economia	FIA
Maria C. Miluzzi Yamada	Odontologia	Fundecto
Antonio Waldo Zuardi	Medicina-RP	Faepa
Isabel A. Costa Mendes	Enfermagem-RP	Faepa
Luiz Olavo Baptista	Faculdade de Direito	Arcadas
José A. Franchini Ramires	Medicina	FFM
Silvia Kassai	representante dos assistentes	Fipecafi
J. José de Camargo Engler	representante dos titulares	FUSP

foi uma das instituidoras da Fundação Arcadas.

Representantes

Também são ligados a fundações privadas os seguintes professores, representantes de congregações: Tupã Gomes Corrêa (ECA), presidente da Fundac; José Luiz Caruso Ronca (FAU), membro do Conselho Curador da Fupam; Vahan Agopyan (Poli), membro do Conselho de Certificação de Qualidade da Fundação Vanzolini; Maria Tereza Leme Fleury (FEA), supervisora de projetos na FIA; Maria Cecília Miluzzi Yamada (Odontologia), vice-presidente da Fundecto; Antonio Waldo Zuardi (Medicina de Ribeirão Preto), membro da Faepa; Isabel Amélia Costa Mendes (Enfermagem de Ribeirão Preto), membro do Conselho Curador da Faepa; Luiz Olavo Baptista (Faculdade de Direito), membro da Fundação Arcadas; José Antonio

Franchini Ramires (Medicina), membro do Conselho Curador da FFM.

São igualmente vinculados a fundações privadas a professora Silvia Kassai, representante dos professores assistentes, que é diretora de cursos da Fipecafi, e Joaquim José de Camargo Engler, representante dos professores titulares e membro do Conselho Curador da FUSP.

Esse levantamento, embora ainda incompleto, demonstra que o número de conselheiros em situação de conflito de interesses para deliberar sobre questões vinculadas às fundações representa mais de um quinto dos assentos do CO, muito mais, por exemplo, do que toda a representação discente (oito alunos da graduação e quatro da pós-graduação), para não falar no funcionalismo, que tem direito a um único representante no principal colegiado da USP.